



---

## CDHM DEBATE A REDUÇÃO DA IDADE PENAL

Às 14 horas do próximo dia 11 de julho, no plenário 9 do anexo II da Câmara, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizará audiência pública para debater o tema "A redução da imputabilidade penal".

O contexto atual de violência, presenciado no dia-a-dia pela sociedade, gera nas pessoas sentimentos de medo, raiva e indignação; e a falta de ações efetivas das autoridades que detêm o poder, para resolver os problemas, acabam produzindo nesses mesmos indivíduos um estado de frustração.

Quando presos os infratores, a população espera que a justiça seja feita e, principalmente, com a punição destes. Entretanto, existe a lei para estabelecer quem deve ser punido ou não ou quem precisa ser reeducado para conviver na sociedade.

Como nos delitos praticados a presença de adolescentes se faz freqüente e a lei isenta estes da prisão, impondo-lhes a reeducação em Centros específicos, a indignação de algumas pessoas fica mais realçada e a suas atenções voltam-se para essa faixa etária, em busca de punições mais severas.

Por outro lado, há muito tempo assistimos notícias veiculadas pelos meios de comunicação de crianças pobres, das periferias das Capitais, tendo suas vidas desviadas, por pessoas obscuras, para a prostituição infanto-juvenil, trabalho infantil, trabalho escravo, tráfico de entorpecentes, etc.

Muitas dessas crianças/adolescentes morrem diariamente nas favelas e assentamentos urbanos e poucas vezes se vê o apelo em seu favor, na mesma proporção, dessas tradicionais vozes que clamam pelo endurecimento da lei penal e pelo isolamento social dos miseráveis.

Um outro aspecto a ser destacado está quanto ao real interesse de grupos, em relação ao combate da violência urbana, pois sabe-se que setores tradicionais apresentam propostas de enfrentamento dessa questão tendo como perspectiva apenas a divisão social e racial da sociedade. Pode-se inferir, dessa forma, que essas conhecidas artimanhas de se promover a aprovação da redução da maioria penal implica, sempre, em criar novos mecanismos legais de controle social e repressivo e as endereçar a setores marginalizados e excluídos.

Nesse sentido, o evento promovida pela CDHM tem como objetivo promover o necessário debate sobre a maioria penal, para que o tema em questão, objeto de diversas proposições que tramitam no Congresso Nacional, seja bem discutido e devidamente amadurecido antes de eventuais alterações na legislação vigente.

Participarão da referida audiência, como expositores, a Sra. **Carmen Silveira de Oliveira** – Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



Presidência da República; a Deputada **Maria do Rosário** – Representante da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente; a Sra. **Tiana Sento-Sé** – Coordenadora do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; a Professora **Maria Lúcia Leal** - Coordenadora do grupo de pesquisa - VIOLES (grupo de pesquisa sobre violência contra mulheres, crianças e adolescentes) do Serviço Social da UNB e Dra. **Karyna Sposato** - Representante do UNICEF.

Brasília, 04 de julho de 2007.

Secretaria da CDHM